

Conspiração a Favor

14 AGO 1985

O hábito é velho e universal, mas parece mais enraizado nos círculos políticos do Brasil do que entre os de qualquer outro país civilizado: à falta de bons argumentos para rebater uma crítica, recorre-se logo ao fantasma da conspiração. Esta semana, no Congresso, deputados e senadores, sem muito fôlego para justificar a violação da lei que é o indiscriminado pagamento dos **jetons**, desencavaram a teoria conspiratória e acusaram a imprensa de estar empenhada numa campanha de descrédito do Legislativo.

Vozes solitárias, numa concha e na outra, ergueram-se para dizer que infelizmente os plenários vazios e as distorções denunciadas não são invenções dos jornalistas. Para os ouvidos de uns poucos pares, o Senador Luiz Cavalcante não apenas repeliu a idéia de complô, mas contribuiu ele próprio para dar mais nitidez às críticas, apresentando alguns dados difíceis de serem desconsiderados.

O mais eloqüente exemplo do Senador por Alagoas foi o da tramitação de um decreto-lei pela Casa. Se não houver quorum para a sua votação, ao cabo de dez sessões o decreto-lei será aprovado por decurso de prazo, o que muitas vezes ocorreu nos últimos tempos. Somando o pagamento dos **jetons** (Cr\$ 241 milhões por sessão) ao fixo de cada Senador, mais a fração de vencimento de cada um dos 3 mil 569 funcionários da Casa, chegou o Sr Luiz Cavalcante à soma redonda de Cr\$ 5 bilhões. É este o preço da tramitação inútil de um decreto-lei não votado.

Números como esses falam por si mesmos. E o que eles mostram é que não há "forças ocultas" acionando a

barragem de críticas que neste momento são feitas ao comportamento de um grande número de parlamentares. Por trás da condenação a certos procedimentos o que há é a cristalina opinião do povo, apenas veiculada pela imprensa.

Desmoralizar o Congresso? Tudo o que a nação quer é que os parlamentares trabalhem, cumpram os seus deveres e não espalhem o mau exemplo pelo país a fora. A nação está longe de rejeitar a conta normal dos gastos com a atividade legislativa, porque sabe-a incluída no preço que um povo deve pagar pelo saudável luxo de possuir instituições livres. O que o contribuinte tem dificuldade de digerir é o custo extraordinário do Congresso. Funcionários em excesso, vantagens injustificáveis, violações do que determina a lei, nada disso pode ser debitado à democracia.

Se a opinião pública tem sido tão veemente em sua condenação aos indesejáveis hábitos incorporados por tantos congressistas, não é porque deseje a desmoralização do Congresso. Justo ao contrário, é porque o preza demais para vê-lo desmoralizado. O Congresso, a história deste país mostra-o com melancólica freqüência, é a primeira porta a ser arrombada nas investidas dos inimigos da democracia. Mas a porta só cede quando os parlamentares relegam a segundo plano o seu alto papel e, entregues ao festival das conveniências, deixam-na de ferrolho destravado.

Se nas críticas ao Congresso existe alguma conspiração, podem os congressistas apostar que é uma conspiração a favor.